Ata da 14ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos dez dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a sra. presidente encaminhou às comissões técnicas o Projeto de Lei do Executivo Municipal de n° 361 de 2023, os Projetos de Lei do Legislativo de n° 89, 90 e 91 de 2023, os Projetos de Resolução do Legislativo de n°s 23 e 24 de 2023, e as Moções do Legislativo de n° 048 e 049 de 2023. Encaminhou ainda para as comissões de finanças, contas e orçamento os Certificados de Regularidade de n° 081 e 082 de 2023. **ATA**. Foi discutida e colocada em votação a Ata da 13ª Reunião Ordinária, sendo aprovada por unanimidade. **MATÉRIAS EM DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO:** Em seguida a sra. presidente colocou em discussão única o Requerimento de Informação nº 041 de 2023 - Autora: Zuleica Voltolini - Ao Executivo Municipal requerendo informações sobre a segurança das escolas da rede municipal de ensino. Com a palavra, a vereadora Zuleica Voltolini. Ressaltou que considerando os acontecimentos recentes nas escolas de São Paulo- SP e de Blumenau-SC, e também, devido a divulgação de um suposto massacre nas escolas de São Bento do Sul, bem como, considerando os questionamentos levantados pelos pais, sobre as ações tomadas pela secretaria municipal de educação, em relação as escolas do município, requer-se que sejam repassadas dentro do prazo regimental, as informações solicitadas no referido documento. Leu os questionamentos, e explicou que este documento foi elaborado atendendo as perguntas dos pais, os quais estão preocupados com a segurança de seus filhos nas escolas. Comentou que no dia de hoje o governador Jorginho Mello, também se manifestou sobre algumas ações que serão tomadas referente a esta questão. Acompanhando os trabalhos da secretaria de educação municipal, pode observar que algumas medidas já foram tomadas, e acredita que na questão de monitoramento de câmaras, o município já está bastante adiantado. Falou que a preocupação trazida pelos pais é de ter realmente alguém lá na escola, que possa atender essa questão, ser responsável em fazer essa segurança. São questionamentos de várias famílias preocupadas, e como todos sabem, os filhos são os bens mais preciosos, e os pais precisam ter segurança em enviá-los para a escola. Os professores também precisam se sentir seguros para poderem dar uma aula de qualidade. A equipe diretiva precisa se sentir segura, para dar continuidade ao trabalho pedagógico, pois são vários os

seguimentos que dependem dessa questão de segurança, e no momento, ninguém está tranquilo dentro das escolas. Acredita que com este requerimento de informação, poderão estar apresentando aos pais, quais as possibilidades do Executivo, pois a verba que vem para a educação, vem direcionada especificamente para os profissionais da educação, para os alunos, e na questão de segurança, a verba precisa estar vindo de outra fonte. Entende que é preciso falar sobre esse tema, pois quanto mais falarem, poderão buscar soluções para o problema, para que os alunos e professores possam estar mais tranquilos, buscando conhecimento, e os professores repassando esse conhecimento, pois o aluno vai para a escola para isso. Com a palavra a vereadora Carla O. Hofmann. Comentou que os demais vereadores também receberam esses questionamentos através de e-mail, e sabe que esse tema é uma preocupação de todos, diante de uma situação tão complexa que vimos acontecer, com essa tragédia que ocorreu na escola particular, localizada no município de Blumenau. Destacou que é preciso ter um pouco de reserva quando se fala sobre massacre nas escolas de São Bento do Sul, pois este fato já foi analisado pela Polícia Civil, onde não foi constatado nenhuma fundamentação, sendo esse assunto apenas falado por um indivíduo, o qual é menor de idade, sendo que ele já foi investigado. Entende que devem tomar um pouco de cuidado sobre essas politizações, pois isso pode acabar gerando um pânico geral, tanto nas escolas, como na comunidade. Frisou que também viu a matéria do governador Jorginho Mello, falando sobre a possibilidade de as escolas estaduais terem segurança. Se diz favorável ao pedido de informação, e acredita que o secretário de educação vai expor o que está sendo feito, mas acredita que devem esperar para que estes protocolos de segurança sejam analisados, principalmente, junto a Polícia Militar, a qual tem uma expertise grande na área de segurança pública. Observa que a questão de segurança pública não é uma questão da escola, pois ela não foi preparada para tratar desse tema. Observa que com o amparo da polícia, espera que o governo estadual tenha uma proposta macro na questão de segurança pública, e entende que os vereadores devem cobrar isso. Espera que o governador não coloque vigia armado apenas nas escolas estaduais, pois a insegurança pública que hoje os municípios estão enfrentando é de competência do governo do estado, e por isso, não podem onerar ainda mais o município, devem cobrar mais e mais medidas do governador, para que seja refletido também sobre a segurança nas escolas municipais e particulares do município. Se não for dessa forma, parece que estamos querendo proteger alunos da escola estadual de uma forma, os alunos das escolas municipais de outra e de escolas particulares de outro jeito. Novamente ressaltou que isso se trata de um problema de segurança pública, e o governador do estado vai ter que enfrentar, não apenas nas escolas estaduais, mas em todas as escolas do município e escolas particulares, pois não se pode imaginar, que o aluno da escola privada tenha menos direito a segurança pública, do que os alunos matriculados na rede pública municipal ou estadual de ensino. Por fim, informou

que se manifesta de forma favorável à aprovação do requerimento de informação. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Destacou que é totalmente favorável ao Requerimento de Informação. Falou que já se manifestou várias vezes na tribuna para falar desse assunto, quando aconteceram outras situações parecidas com a que ocorreu em Blumenau, e acredita que deve ser feito algo imediatamente. Comentou que até falou sobre a colocação de vigias nas escolas, e naquele momento o vereador Darlan disse que isso não era o apropriado, porque um vigia nestes casos, não teria muito o que fazer. Sobre este ponto, discorda um pouco, pois acredita que tendo um vigia, ainda que este não esteja armado, ele pode vir a contribuir. Entende que no caso em Blumenau, as crianças estavam brincando no parque, e se tivesse lá um vigia armado, ele poderia ter ajudado, e talvez evitado alguma morte, ou duas. Asseverou que foi comentado que o vigia armado não poderia ser usado, que estava proibido, mas agora, o governador do estado afirmou que terá vigia armado nas escolas estaduais, e acredita que isso pode chegar nas escolas municipais também. Frisou que o bem maior dos pais, são os filhos que estão nas escolas, e quem mais sofre com isso são os pais, os quais passam o dia todo longe de seus filhos. Até um certo tempo, quando se colocava o filho na escola, os pais se sentiam seguros, pois a escola era o lugar mais seguro que tinha, e hoje, já não é mais. Hoje os pais colocam os filhos na escola com o aperto no peito, preocupados se pode vir acontecer alguma coisa. Pediu que o secretário de educação se esforce ao máximo para contribuir na questão da segurança das escolas. Com a palavra, o vereador Darlan A. Guliani. Acredita ser inerente o pedido de informação proposto pela sra. presidente. Respeita a opinião do vereador Paulo, mas não muda sua opinião, de que escolas precisam ter sim vigias armados, pois o mesmo sistema que alega que as escolas não podem ter vigias armados, é o mesmo sistema que nos cobra impostos, e nos oferece uma saúde mais ou menos, uma segurança mais ou menos, sendo o sistema que não assegura a segurança de uma criança que está dentro de uma escola, onde permite que invadam uma escola, e pratiquem as atrocidades que estamos vendo. Acredita que um vigia por si só pode ajudar, mas uma pessoa mal intencionada, com qualquer canivete pode fazer um estrago muito maior, diante de uma pessoa que só tem ela mesma, salvo se este vigia tiver uma instrução ou treinamento de defesa pessoal. Afirmou que tem sido visto pessoas de má índole, de espírito mal, entrando em escolas com armas pesadas, e só se vai para uma guerra com armamento igual, ou, se perde a guerra. Comentou que o mesmo sistema que diz que não pode ter vigia armado nas escolas, permite um vigia armado para proteger um artista, permite vigia armado para proteger dinheiro no banco, mas não permite que protejam vidas, e isso precisa ser revisto urgentemente. Falou que precisa enaltecer a fala da vereadora Carla, quando a mesma diz que todos nós temos o direito de ter segurança pública, e o governador do estado, propõe isso através de um órgão público que é a Polícia Militar, para fazer segurança em escolas estaduais. Logo, indaga se isso quer

dizer que os alunos matriculados em escolas municipais ou privadas não tem o mesmo direito daqueles alunos que estudam em escolas estaduais? Afirmou que este tipo de sistema é burro, ou muito inocente, pois se tivesse alguém armado na escola de Blumenau, tinha parado esse marginal. Se tivesse alguém armado na escola do Município de Saudade, no Oeste do estado, teria neutralizado aquele marginal. Entende que esse sistema precisa ser revisto, e vai continuar batendo o pé, em dizer que escolas públicas estaduais, municipais ou privadas precisam ter vigias armados, pagos pelo governo do estado. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Desatacou ser favorável ao requerimento de informação. Mencionou que a segurança não vai se resolver com apenas um item, pois não vai ser o segurança armado quem vai resolver, mas já ajuda muito, sendo óbvio que ele precisa estar armado. Falou que um segurança não armado, como nos casos citados não serve, pois não vai ficar dialogando com o autor da ação. O vigia precisa estar armado para interromper a ação, da maneira que precisa ser feito, sem conversa. Entende que precisa ter videomonitoramento nas escolas e em toda a cidade, pois estão aqui há anos, discutindo esse assunto, mas ele não sai da conversa. Comentou que quando ocorre uma situação como essa, todos querem falar sobre o assunto, mas após um tempo, as prioridades passam a ser outras, o gestor quer fazer asfalto e o governador o "show do milhão", coisas de politicagem. Frisou que precisam ter nas escolas a porta ante metal, com reconhecimento facial, o videomonitoramento na escola e em outros lugares, pois tem vídeos que podem ser vistos na internet, onde um sujeito entra em uma igreja disparando contra as pessoas. Asseverou que fica bonito alguns pais, que por questões político partidária, ficarem em conversas em redes sociais dizendo que são contra armas, mas neste momento, querem armas, querem que tenha um vigilante armado nas escolas, para defender seus filhos, sendo essa situação um tanto discrepante. Comentou que este assunto vai envolver a polícia civil, polícia militar, as entidades, a prefeitura do município cuidando das escolas, a câmara de vereadores fazendo o seu papel, cobrando, mais sobre esse assunto, o qual não pode mais uma vez não dar em nada. Frisou que é preciso separar uma verba para fazer um investimento neste assunto, caso contrário, vão ficar apenas com conversas oportunistas, como no caso de uma desgraça como essa que ocorreu. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Comentou que é uma situação muito complicada quando se fala em segurança pública, pois já falou várias vezes sobre a importância da segurança nas escolas, e compete ao estado fazê-la, e não ao município. Acredita que esteja mais do que na hora das prefeituras e o estado darem as mãos nesta causa. Sobre a questão da guarda armada com os policiais militares, como foi comentado pelo governador Jorginho Mello, o qual disse que vai convocar os policiais militares da reserva para fazer a segurança das escolas do estado, indaga quem vai fazer a segurança das escolas dos municípios? Não tem ideia dos números, mas acredita que sejam mais de 5 mil escolas do Estado, e questiona como vai ficar para cada prefeitura arcar com estes custos? Observa que seja preciso fazer

primeiro os protocolos de segurança, pois tem escolas do município que a segurança é muito precária. Falou que hoje todas as escolas do município estão com monitoramento, mas isso ainda é pouco, mas já é um grande passo, por isso parabeniza o município, o qual vem realizando esse monitoramento. Entende que seja necessário fazer um protocolo de segurança, pois não é somente o policial armado na porta da escola que vai inibir a ação do criminoso, mas todos os alunos, que devem ficar de olho, fiscalizar. Mencionou situações que ocorreram nos Estados Unidos, onde alunos levaram armas para a escola, dentro de suas bolsas, e em um determinado momento, sacaram e saíram atirando em todo mundo, e aí já era tarde, não adiantou ter segurança armado. Frisou que os alunos devem fazer esse primeiro combate, de monitorar uns aos outros dentro da escola. Destacou que hoje temos a tecnologia, celular, internet, o que é muito bom, mas, ao mesmo tempo é uma desgraça, para aqueles que não sabem utilizar desse recurso. Comentou que em conjunto com a vereadora Zuleica, fizeram indicação ao Executivo, para que incorporem ao município, treinamentos como proposto pelo Projeto de Lei da deputada Ana Campagnolo. Novamente afirmou que devem fazer protocolos firmes para a segurança, caso contrário, pode ocorrer alguma desgraça em São Bento do Sul, Rio Negrinho e em Campo Alegre, e não desejam isso. Observa que passo a passo deve ser criado essa questão de segurança, pois o Executivo não vai conseguir fazer tudo isso de uma só vez, pois demanda de recursos financeiros. Verifica que é preciso se organizar com os alunos e professores, pois infelizmente, não vai adiantar colocar um tirador de elite na porta da escola, porque vai ser tarde. Com a palavra, a vereadora Karen L. Fechner. Falou ter observado e sentido falta, de pessoas da área da saúde em todas as discussões, pois a maioria do perfil desses agressores é de psicopatas, pessoas com algum problema de transtorno mental. Comentou que não é possível perceber uma preocupação com a questão da saúde mental das pessoas em vários municípios, de se ter um atendimento adequado em saúde mental. Leu em uma matéria que o assassino de Blumenau estava em surto psicótico, e sente falta de a justiça poder enquadrar essas pessoas, pois neste caso, esse agressor já tinha outras passagens. Comentou que todos os vereadores, prefeitos, secretários estão preocupados com a situação, assim como, toda a comunidade também está preocupada e não tem esse subsídio, de ter um atendimento adequado e de identificação dessas pessoas, antes mesmo que essas tragédias aconteçam. Como o vereador Adriano comentou, até pode ter pessoas protegendo as crianças, mas se for uma pessoa em surto, ela vai acabar fazendo uma tragédia mesmo assim. Com a palavra, o vereador Luiz L. Pesenti. Falou que concorda com as colocações da vereadora Karen, mas analisando a situação do caso de Blumenau, viu que esse rapaz que cometeu essa tragédia, já tinha esfaqueado a padrasto anteriormente, tendo registrado 17 passagens pela polícia, por tráfico, roubo e outros crimes, e entende que esteja faltando segurança, pois uma pessoa dessas não poderia estar solta na sociedade. Não sabe dizer se ele tem problema mental ou não,

mas neste caso, após 17 passagens, ele não poderia estar solto, por isso, acredita que a segurança do Brasil está pecando. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Requerimento de Informação nº 041 de 2023, sendo este aprovado por unanimidade. Logo após, a sra. presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 094 de 2023 - Autor: Jairson Sabino - Ao Executivo Municipal requerendo informações complementares referente ao Requerimento de Informação nº 039/2023. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Explicou que se trata de um pedido de complemento de informações, pois foi aprovado um requerimento de informação para o Executivo e este respondeu pela metade, por isso, deseja receber as informações complementares como foram solicitadas. Comentou que logo os vereadores terão que entrar pela via judicial para poderem ter conhecimento das informações, notadamente da compra e aquisição de maquinários da secretaria de obras, pois deseja saber dos detalhes e a Prefeitura Municipal não responde. Solicitou a aprovação dos demais vereadores. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Afirmou que sempre são favoráveis a aprovação dos requerimentos de informação, e pede aos demais vereadores que também sejam favoráveis. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Requerimento de Informação nº 094 de 2023, sendo este aprovado por unanimidade. Logo em seguida, a sra. presidente colocou em discussão única a Moção nº 47 de 2023 - Autora: Carla Odete Hofmann - Moção de Aplausos a Escola Básica Municipal Alfredo Diener pelos seus 123 anos de fundação. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Ressaltou que se trata de uma Moção de Aplausos, solicitada pela comunidade escolar, a respeito da data de fundação da Escola Básica Municipal Alfredo Diener, ocorrida em 09 de abril de 1900, sendo uma das escolas mais antiga da cidade. Comentou que no próximo sábado, será realizado o encontro das famílias e acredita que seria importante a Câmara de Vereadores reconhecer a importância de todo o histórico da mencionada instituição de ensino. Leu brevemente o histórico da escola, e por fim, solicitou a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação a Moção nº 047 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** Na sequência, a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 334 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Altera Anexo XI da Lei nº 2966, de 29 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos Efetivos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipais. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Solicitou questão de ordem, e pediu a retirada e adiamento da 2ª discussão do Projeto de Lei do Executivo Municipal n°342 de 2023, amparada no artigo 284 do Regimento Interno. Em seguida a sra. presidente informou, que atendendo a solicitação da vereadora líder de governo, colocaria em discussão o adiamento da 2ª discussão do Projeto de Lei de n° 342 de 2023, pelo período de 3 dias, o qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência, concedeu a palavra a vereadora líder de governo. Com a palavra,

a vereadora Carla O. Hofmann. Destacou que o referido Projeto de Lei já foi analisado anteriormente pelos vereadores em 1ª discussão, e propõe a alteração da Lei nº 2966, de 29 de fevereiro de 2012, a qual dispõe sobre o Plano de Cargos Efetivos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipais. Explicou que a mudança visa adequar a quantidade de vagas para o cargo de engenheiro civil, conforme consta do anexo. Falou que a demanda na área de engenharia tem crescido consideravelmente nos últimos anos no município, em razão de ações, e por conta disso, há a necessidade de se ampliar o número para 11 vagas. Registrou que a criação do referido cargo não acarreta impacto orçamentário imediato. Lembrou que a área de engenharia tem sido bastante cobrada, inclusive sendo feito cobranças pelos vereadores, e cada vez mais, há a necessidade de fiscalização das obras realizadas. Destacou que hoje há várias obras de pavimentação sendo realizadas no município, reformas em unidades escolares, construção da UPA, e a demanda de serviços para os engenheiros está cada vez maior. Comentou que ainda há engenheiros aprovados para serem chamados do concurso, razão pela qual, pede a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo de nº 334 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 354 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Solicitou a aprovação dos demais vereadores para o referido Projeto de Lei, que versa sobre a autorização da Casa Legislativa para que o Poder Executivo possa contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, para obtenção de valores para pavimentação viária, conforme consta da carta consulta. Explicou que o município tem desenvolvido vários programas de pavimentação, entre eles o programa de pavimentação comunitária, mas há algumas ruas que não permitem essa possibilidade, e neste caso, para a execução da pavimentação viária, se faz necessário obter esse financiamento, o qual foi solicitado no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), com contrapartida do município de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais). Informou os bairros e as ruas que serão contempladas, as quais estão localizadas no bairro Serra Alta e Centenário, sendo as seguintes: Aquino Grazeck, Emílio Krause, Floriano Habowsky, Guido Brunnquell, Trajano Prybysz, Alfredo Roesler, Berta Pscheidt, Alvino Ziebarth, Eugênio Estanislau Kurowski, Antônio Zipperer, 25 de Agosto, Roberto Roesler e Vicente Zeithammer. Mencionou que há uma demanda muito grande por pavimentação no município de São Bento do Sul, e em razão de condições favoráveis, está sendo investido de maneira significativa na pavimentação viária. Destacou que quanto vereadores, os pedidos que mais recebem são para pavimentação viária e manutenção das vias da cidade, e sabem que quanto mais vias pavimentadas,

o trabalho e o retrabalho ficaram mais fáceis de serem feitos, devido a topografia da cidade a qual não é muito favorável. Concluiu pedindo a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo de nº 354 de 2023, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei nº 355 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza concessão de outorga onerosa – Imobiliária São Bento. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Explicou que o referido Projeto de Lei trata da autorização de concessão de outorga onerosa para a imobiliária São Bento, e essa previsão se dá a partir do Estatuto da Cidade, o qual determina que cabe através de Lei Municipal, estabelecer condições para concessão de outorga onerosa, do direito de construir e de alteração de uso determinado. Comentou que o projeto trata de um direito real de uso, e essa concessão de outorga é no direito de construir. Apresentou os dados da construção e informou que essa concessão de outorga, deve ser paga pela Imobiliária São Bento, sendo o valor de R$ 134.042,00 (cento e trinta e quatro mil e quarenta e dois reais). Concluiu solicitando a aprovação do referido Projeto. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo de nº 355 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei nº 356 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), na forma especificada. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Ressaltou que o referido Projeto de Lei, que em razão do superávit financeiro, vai fazer uma alteração para abertura de crédito financeiro no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), para a criação do exercício financeiro de uma nova dotação orçamentaria, na pasta da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. Explicou que esse superávit é no sentido de melhoria e obras de recape na malha viária, em especial na pavimentação da área central. Contou que esse recurso vai sair do Programa de Operacionalização e Manutenção de Infraestrutura do Município e vai para a Secretaria de Obras, que tem como finalidade, a manutenção de melhorias em vias urbanas e rurais do município. Solicitou a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo de nº 356 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 357 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 165.535,65 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), na forma especificada. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Destacou que o Projeto de Lei pede autorização do Legislativo para que o Executivo possa abrir

crédito adicional suplementar no orçamento do município, sendo este um reforço de dotação especificada. Explicou que este reforço vai ser destinado para o pagamento de serviços de arbitragem e transporte para os atletas em diversas competições fora do município. Falou que esta dotação orçamentária sairá da Fundação Municipal de Esportes, da atividade de desporto e iniciação e rendimento, indo para a pasta de elementos de despesa e outros serviços de terceiro de pessoa jurídica, dentro da própria Fundação de Esportes, sendo apenas uma reorganização da verba orçamentária. Concluiu solicitando a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo de nº 357 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 359 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Altera o Anexo I da Lei nº 945, de 28 de maio de 2004, o qual dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério Público do Município de São Bento do Sul. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Asseverou que o referido Projeto de Lei foi muito esperado e discutido em várias oportunidades pelos vereadores. Contou que ocorreram várias conversas com o Secretário Josias, com o Prefeito, sendo essas intermediadas pelo sindicato de servidores, com a classe de atendentes, e agora, vem para a Câmara de Vereadores para a análise. Explicou que o Projeto de Lei versa sobre a permissão, para que o Executivo possa conceder aumento real de 7% sobre o vencimento base dos servidores em cargos de atendente educativo, atendente de berçário e auxiliar de berçário. Informou que os trabalhos desses profissionais são realizados junto com o professor de turma, tratando de auxiliar, articular, estabelecendo, promovendo o desenvolvimento, observando, realizando e executando diversas atividades educativas, indispensáveis nas atividades da classe e extraclasse. Mencionou que a valorização desses profissionais vai trazer e agregar ainda mais valor à educação do município de São Bento do Sul. Falou que o importante trabalho feito pelas atendentes, acaba sendo premiado, não com o valor que todo mundo esperava neste momento, mas dentro daquilo que era possível. Ressaltou que todos aqui sabem o que seria ideal, mas dentro da administração pública, cabe verificar aquilo que era possível de ser dado, já que a classe das atendentes é bastante numerosa. Ressaltou que após as várias reuniões com o secretário, prefeito e servidores da categoria, juntamente com o sindicato, chegou-se a esse número de 7%, já que esse valor vai impactar na folha de pagamento da secretaria de educação. Terminou solicitando a aprovação dos demais vereadores. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Frisou que não pode deixar de comentar a respeito do referido Projeto de Lei, o qual trata do aumento para as atendentes, pois elas batalharam muito para conseguirem esse aumento. Falou que foi uma negociação desde o início do ano de 2021, e várias vezes isso não se concluiu, sendo que agora foi formado uma comissão pelas atendentes, representadas também pelo sindicato de servidores, e não pode deixar de mencionar a força que os representantes do

sindicato que estiveram com as atendentes, neste trabalho junto ao Executivo. Frisou que no início da negociação queriam manter o aumento salarial, mas com o aumento de 40 horas de trabalho, mas todos sabem que as atendentes trabalham 30 horas. Contou que não houve a mobilização da SEMED, mas sim das próprias atendentes, por isso o mérito é todo delas. Destacou que sempre falou que elas devem correr atrás, batalhar para conseguir aumento salarial, pois não são os vereadores, nem secretário e nem o prefeito que vai fazer isso por elas. O prefeito deve olhar o trabalho e a dedicação que todas tem. Esteve em algumas unidades de educação e pode observar a dedicação e o trabalho das atendentes, pois em alguns casos, fazem até mais que professor. Asseverou que as atendentes ficaram muito tempo esquecidas, e acredita que seja pouco esse valor de 7%. Entende que as atendentes não podem deixar de conversar mais e se organizar, batalhar pelos seus direitos. Tem ciência das sugestões que foram feitas nas reuniões, para a redução de contratação de ACTs, e sabe que com isso, as atendentes terão que se dedicar ainda mais no trabalho, embora essas tratativas não tenham evoluído até o momento, mas acredita que futuramente isso possa ser concedido, junto com o sindicato, o qual vem fazendo esse trabalho. Parabenizou ao sindicato, ao prefeito, e secretário por concederem esse valor de 7%, e sugeriu que as atendentes continuem batalhando por seus direitos com muita dedicação, pois sabe que é o funcionário público quem faz o município caminhar. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Salientou que se a cada 4 anos, as atendentes fossem lembradas, como foram lembradas agora, muito provavelmente esses 7%, já representaria muito mais. Comentou que fez as contas e se o governo Magno tivesse concedido o valor de 5%, o governo Tureck, 5%, o governo Magno novamente 5 %, e o governo do prefeito Fernando Mallon de 5%, elas estariam muito próximas do valor almejado, pois o valor solicitado por elas era de 35%, e não estariam tão longe como estão hoje. Ressaltou que o atual governo tem resolvido várias demandas, e tem escutado em várias ocasiões a palavra histórica, pois ela tem acompanhado as demandas da educação a exemplo de estarem 15 anos, sem aumento de regência de classe, 20 anos sem um determinado benefício, ou seja, tem se resolvido aqui, ainda que de forma tardia, muitas demandas que estavam pendentes, demandas históricas da educação do município. Reiterou o pedido de aprovação pelos demais vereadores. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Destacou que se sente feliz, pelo reajuste salarial para atendentes, pois foi uma batalha muito grande. Mencionou infelizmente os governos anteriores não colocaram reajustes para essa classe, e isso é bem difícil de comentar, pois sabe que as antigas gestões tiveram outras demandas. Frisou que alguns governos conseguiram ajudar algumas classes, outras não, da mesma forma que a atual gestão vai ajudar algumas classes e outras não. Acredita que esse reajuste seja pouco, mas devido a luta para consegui-lo, e considerando o valor, ele pode ser considerado até bom. Confessou que achava que não viria nada do Executivo, devido a quantidade de vezes que brigaram aqui dentro, e pelas várias vezes

que as atendentes tiveram reuniões e nada era resolvido. Acredita que de agora em diante, os próximos políticos que adentrarem na prefeitura podem estar talvez lembrando das atendentes. Mencionou que talvez até tenha políticos aqui de dentro, que desejam se candidatar ao cargo de Prefeito, e quando chegarem no executivo, talvez consigam valorizar ainda mais a classe das atendentes, pois elas merecem muito. Comentou que merecem pelo belo trabalho que elas fazem, o qual tem uma importância diferenciada, sendo muito merecido este reajuste salarial. Parabenizou ao sindicato e todos os envolvidos que conseguiram este reajuste, e também, cumprimentou ao Prefeito, o qual cumpriu com aquilo que prometeu. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo de nº 359 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM 1ª DISCUSSÃO:** Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 358 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Cria o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Ressaltou que se trata da criação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher. Informou que temos no município o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), o qual trabalha com questões relacionadas com políticas públicas, para que possa ter conscientização em relação a própria Lei n° 11.343 de 2006, também conhecida como a Lei Maria da Penha, para fomentar o conhecimento a partir da referida lei no município. Destacou que fomentar políticas públicas sem investimento é muito difícil, e a criação do fundo, vai se dar exatamente para isso, para que se possa através do fundo municipal dos direitos da mulher, buscar recursos junto ao poder judiciário, ministério público, o qual tem a possibilidade de remeter recursos, bem como, a determinadas indústrias prestadoras de serviços as quais podem colaborar com a criação e manutenção desse fundo. Concluiu solicitando a aprovação do referido Projeto de Lei na 2ª discussão e votação. Com a palavra, a vereadora Karen L. Fechner. Asseverou que a criação deste fundo é uma conquista do COMDIM, e desde quando participava como representante pela Secretaria de Assistência Social, já era uma solicitação de todas as voluntárias do conselho, e por isso, se diz totalmente favorável a aprovação do referido Projeto de Lei, e se diz muito agradecida por ver este projeto chegar na Câmara de Vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 358 de 2023, será levado a 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 360 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, a alienar imóvel para Michelle Batista Fragozo. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Explanou que o referido projeto de lei, trata sobre a quitação do imóvel pela beneficiária Michelle Batista Fragozo, relacionada a uma casa, a qual já está quitada e deve ser transferida para a proprietária. Informou que na 2ª discussão trará mais informações a respeito do referido projeto, mas já adianta o pedido de aprovação aos demais vereadores.

Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 358 de 2023, será levado a 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. **TRIBUNA POPULAR LIVRE**. Na sequência, a sra. presidente informou que atendendo ao Requerimento de n° 093 de 2023, de autoria da vereadora Carla O. Hofmann, foi aprovado por unanimidade, a concessão de espaço na tribuna popular livre, para a sra. Adriana Adam e o sr. César Luis Maia, representantes do Colégio Estadual de Ensino Médio Professor Roberto Grant, para tratarem das atividades da escola, e comentarem sobre a Lei Estadual que vai denominar de Vinícius de Lacerda Fendrich o anfiteatro da instituição. Em seguida, a sra. Presidente convocou o sra. Adriana Adam, a fazer uso da tribuna. Com a palavra, a Sra. Adriana Adam. Cumprimentou a todos os vereadores e presentes, em especial a sra. Evanir Lacerda Fendrich, mãe do honroso e saudoso amigo, Vinícius de Lacerda Fendrich, o qual recebe hoje a homenagem de ter o seu nome eternizado no centro de eventos da instituição de ensino. Contou que a escola conta com 950 alunos e 80 profissionais da escola, entre professores, pessoal da limpeza e alimentação. Frisou que a escola passou por um amplo processo de reforma, de 2015 a 2018, onde foram realizadas obras em pavimentos que já existiam, e também teve a construção de um centro de eventos, com a finalidade a atender aos alunos da escola e toda comunidade são-bentense. Na sequência, apresentou informações sobre os trabalhos da escola, contou sobre as peças de teatro que eram comandadas pelo professor homenageado e seus alunos. Destacou a paixão com que o professor Vinícius exercia sua profissão, bem como, seu amor pelo teatro. Logo após, fez uso da tribuna o sr. César L. Maia. Contou sobre a vida pessoal e profissional do homenageado. Lembrou que Vinícius fundou em 2014 o grupo de teatro Professor Roberto Grant, onde desempenhou o papel de organizador e mecenas, sendo um grande financiador do grupo, dando grande impulso a essa arte na escola e na cidade. Falou da importância do centro de eventos para a instituição e agradeceu a vereadora Carla por ter feito essa bela homenagem ao querido Vinícius, ao denominar com o nome dele o antiteatro. Após a explanação, se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas. Foi aberto espaço para os vereadores fazerem suas colocações. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Relembrou que a Moção de Apelo mencionada pela equipe diretiva da escola Roberto Grant, passou por esta Casa, sendo aprovada por unanimidade, para que o nome do Vinícius fosse aprovado em nível estadual, e por sido cita a deputada estadual Marlene Fengler, do PSD, a qual fez o encaminhamento para ALESC, para que a Lei fosse aprovada. Disse que se sente feliz em poder fazer a moção de apelo, e o encaminhamento para a criação de lei estadual, porque o Colégio Roberto Grant merece, e o Vinícius merece essa linda homenagem. Na sequência, solicitou a todos os vereadores, permissão para fugir do protocolo, e entregar a família do homenageado e também a equipe diretiva da instituição de ensino, cópia da Lei Estadual, a qual denomina como Vinícius de Lacerda Fendrich, o centro de eventos do Colégio Roberto Grant, e assim foi feito. Não havendo mais nada a ser tratado,

a sra. presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 13 de abril e encerrou; mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 10 de abril de 2023.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

CARLA ODETE HOFMANN

CÉLIO KOSOSKI

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

EAM/eam